

CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUN
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

Resolução Conjunta n.º 009/11, de 30 de março de 2011.

Aprova alterações no Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA

O Presidente do Conselho Universitário - CONSUN e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, no uso de suas atribuições,

Resolve,

Art. 1.º - Aprovar alterações no Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA do UniFOA, conforme documento em anexo.

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua aprovação, revogando disposições em contrário.

**Sala do Conselho Universitário – CONSUN e do
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE**

Volta Redonda, 30 de março de 2011



Prof. Alexandre Fernandes Habibe
Presidente CONSUN/CONSEPE



Fundação Oswaldo Aranha



FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

UniFOA

REGULAMENTO

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

CPA

Volta Redonda
2011

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

CPA

“Conforme Portaria da Reitoria UniFOA nº 011/11 de 01 de março de 2011, que resolve em seu Art.1º - Constituir a Comissão Própria de Avaliação, baseada no Art. 11 da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, em que os Membros editados na referida Portaria, são representantes do Corpo Docente, Corpo Discente, de Funcionários e a Sociedade Civil organizada. Em seu Art.2º - A Comissão, tem atribuições de conduzir os processos de avaliação interna e externa, solicitadas pelo INEP, de forma autônoma. E no seu Art.3º - Os responsáveis pela prestação dessas informações, para edição de relatórios e preenchimento dos formulários para o INEP/MEC, por omissão e ou distorção, responderão civil, penal e administrativamente, ato este previsto no Art. 12º da referida Lei”.

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art.1º - O presente procedimento interno contém as regras gerais sobre as atividades da Comissão Própria de Avaliação – CPA na Fundação Oswaldo Aranha - FOA, Mantenedora do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA, nos termos da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 e regulamentada pela Portaria nº 2051, de 19 de julho de 2004 do Ministério da Educação.

Parágrafo único – A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi criada internamente de conformidade com a primeira portaria de sua composição para o UniFOA, Portaria nº 006/04 de 08 de junho de 2004, tendo autonomia em relação aos Conselhos Superiores e demais Colegiados da Instituição.

Capítulo II Da Competência

Art.2º - A Comissão Própria de Avaliação – CPA, nos termos da legislação vigente, compete:

- I - Planejar, estruturar e implantar o sistema de autoavaliação Institucional,
- II - Elaborar o projeto de avaliação, com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas,
- III.- Sensibilizar a comunidade acadêmica e o pessoal técnico-administrativo, estimulando seu envolvimento no processo de autoavaliação,
- IV - Concretizar as atividades planejadas na proposta de autoavaliação, como o levantamento de dados e de informações gerais,
- V - Sistematizar as informações,



VI - Identificar as fragilidades e as potencialidades da IES, utilizando-se das Dez Dimensões (estabelecidas pela lei nº 10.861/04, art. 3º) que a autoavaliação quer trabalhar,

VII - Elaborar um relatório, após discussão, análise e interpretação dos dados advindos do processo de autoavaliação, contendo estas análises, críticas e sugestões de melhoramento,

VIII - Divulgar os resultados alcançados a cada semestre letivo.

Capítulo III Da Constituição, Mandato e funcionamento

Art.3º - A Comissão Própria de Avaliação é constituída em conformidade com o a Portaria MEC Nº 2.051 de 9 de junho de 2004, por Membros Titulares representantes intitulados a seguir:

- I. Quatro representantes do Corpo Docente;
- II. Quatro representantes do Corpo Discente;
- III. Quatro representantes da Sociedade Civil organizada;
- IV. Quatro representantes do Corpo Técnico Administrativo;

§ 1º Os membros deverão ser designados de acordo com o ato da Reitoria do UniFOA e o Coordenador pelos Membros eleitos.

§ 2º Os Membros são escolhidos através da indicação dos Colegiados de Curso em concordância com a Pró-reitoria Acadêmica, Reitoria e Presidência da Mantenedora.

§ 3º O mandato dos Membros será de 03 anos, sendo permitida sua recondução.

Art.4º A Comissão Própria de Avaliação – CPA reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocada por seu Coordenador ou por pelo menos, um de seus Membros;

§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas por e-mail, com antecedência mínima de quarenta e oito horas e contendo os assuntos se pauta.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas por e-mail e com antecedência mínima de vinte e quatro horas, e contendo os assuntos de pauta.

§ 3º Junto com as convocações, se for o caso, serão encaminhadas às matérias as serem apreciadas.

§ 4º O “QUORUM” mínimo estabelecido, para início das reuniões, será o da metade mais um dos Membros Convocados.

§ 5º Serão consideradas aprovadas as matérias, que obtiverem a maioria dos votos favoráveis dos Membros presentes, se assim for, pela vontade da metade mais um dos Membros.

§ 6º De cada reunião deverá ser lavrada à respectiva ATA, assinada pelo secretário (a) da Comissão Própria de Avaliação e submetida à apreciação na reunião seguinte, para as assinaturas dos Membros participantes, inclusive o Coordenador.

Art.5º O comparecimento às reuniões, inclusive dos Membros representantes da sociedade Civil organizada, é obrigatório e tem precedência sobre qualquer outra atividade, devendo ter prévio agendamento, a fim de que todos estejam presentes, pois se trata de um compromisso legal relevante.

§ 1º Perderá o mandato o Membro que, sem causa aceita como justa, faltar a quatro reuniões

consecutivas ou a seis reuniões alternadas.

§ 2º O representante Discente, que tenha participado de reuniões da Comissão Própria de Avaliação, em horário coincidente com atividades Acadêmicas, terá direito a ser reconduzido para a reposição nos seguintes casos:

- Aulas,
- Trabalho com pontuação,
- Exame Final.

Capítulo IV

Da Execução da AutoAvaliação

Art. 6º O processo de avaliação interna, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, desde sua fase inicial até a confecção dos relatórios, deverão ser divulgados para a Comunidade Acadêmica, através dos meios de comunicação disponíveis na Instituição.

Art. 7º A Comissão Própria de Avaliação – CPA, deverá ter acesso a todas as informações institucionais acadêmicas pertinentes às necessidades do processo de autoavaliação recomendados pela CONAES.

Parágrafo Único – As informações deverão ser fornecidas dentro dos prazos estabelecidos pela Comissão Própria de Avaliação e inclui todos os Núcleos, Coordenadores de Cursos de Graduações, as Prefeituras dos Campi, e demais setores dos organogramas da Fundação Oswaldo Aranha – FOA e do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

Art. 8º A Reitoria deverá disponibilizar a Comissão Própria de Avaliação – CPA, as condições materiais de infraestruturas e recursos humanos necessários à condução das suas múltiplas atividades.

Capítulo V

Das Disposições Finais

Art. 9º Os casos omissos, destes procedimentos, serão resolvidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, com o conhecimento prévio da FOA/UniFOA.

Art.10º A Comissão Própria de Avaliação – CPA terá atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais órgãos Colegiados, conforme Art.11 – Inciso II, da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.

Art.11º Esse Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, pela Reitoria do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA e pela a Mantenedora Fundação Oswaldo Aranha – FOA e ou outros Órgão Colegiados. Sendo revogada as disposições em contrário.

